



ATA DA REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

Às 10h00 (dez horas) do dia 03 (três) de setembro de 2019 na sala de aulas da ESMAM, deu-se início à **REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E GESTÃO DE PESSOAS**, sob a direção do Dr. Henrique Veiga Lima, membro do referido subcomitê, na forma da Portaria nº1526-PTJ de 17/06/2019. Estavam presentes ainda Presentes ainda, Dr. José Andress da Rocha Albuquerque Cavalcanti, Membro, na forma da Portaria nº1526 - PTJ de 17/06/2019, Dra. Mônica Raposo da Camara Chaves, Membro, na forma da Portaria nº1526 - PTJ de 17/06/2019; Adriana de Almeida Britto, Membro, na forma da Portaria nº1526 - PTJ de 17/06/2019; Reginaldo da Costa Batalha, Membro, na forma da Portaria nº1526 - PTJ de 17/06/2019; Edgar Barbosa Santos, Secretário, na forma da Portaria nº 1716 de 05/07/2019, e demais convidados. Dando início à reunião o secretário do subcomitê procedeu a apresentação de um resumo da reunião anterior, bem como da pauta pré estabelecida para a reunião do dia, que teria como temas a limitação do acúmulo de férias dos servidores, a fruição simultânea de férias dos magistrados e a apresentação da convidada Lilian Bertold. Após consulta à Coordenação do subcomitê, na pessoa do Dr. Henrique, decidiu-se iniciar a reunião com a apresentação da Senhora Lilian Bertold, convidada para apresentação na respectiva ocasião. O Sr. Mauro, Diretor da Divisão de Gestão de Pessoas, apresentou ainda resumo do Encontro de Gestão de Pessoas, evento promovido pelo TJAM no dia 02/09/2019. Com a palavra, a convidada, Senhora Lilian, iniciou explanação, apresentou saudações, promoveu apresentação pessoal e pediu a apresentação por parte dos presentes. Explanou acerca da origem dos comitês e subcomitês no CNJ, bem como do acórdão 3023/2013 do TCU, que estabeleceu recomendações ao judiciário quanto a governança de pessoas, donde surgiu a Política Nacional de Gestão de Pessoas. Explanou também acerca do Acórdão Plenário do TCU 2.212 (avaliação de desempenho), resoluções CNJ 219/2016 (priorização do primeiro grau), 227/2016 (TELETRABALHO), 240/2016 (Política Nacional de Gestão de Pessoas). Em continuidade explanou ainda acerca do conceito de Governança, princípios da boa governança, CNJ como órgão superior de Governança e a Rede de gestão de pessoas do Poder Judiciário. Ao fim da



explanação conceitual abriu-se espaço para perguntas por parte dos participantes. Na ocasião o Sr. Mauro solicitou perguntou se existe o estabelecimento de prática visando a coordenação na atuação dos subcomitês de cada Tribunal. Em resposta a palestrante, Sra. Lilian sugeriu que essa dificuldade seja levada ao conhecimento do CNJ, a fim de se desenvolvam iniciativas no sentido de sanear o respectivo problema. A Senhora Cristina informou acerca da existência de reunião programada para o mês outubro para melhorar a coordenação entre os subcomitês. Servidora Adriana suscita questionamento quanto à equalização da força de trabalho para a correta alocação de Pessoas no âmbito do TJAM. A Palestrante sugere que haja alocação adequada do servidor conforme as características da sua formação. Um dos participantes convidados para a reunião apresenta a dificuldade de a alta administração da cõrte abraçar a ideia da gestão por competências, alegou que o planejamento de gestão por competências não sai do papel. O Sr. Mauro enfatizou que a implantação da gestão por competências está em fase inicial no TJAM. Criticou o critério de promoção de carreira com observação apenas do critério de antiguidade. O Dr. Luiz ressalta a dificuldade existente para a mensuração de desempenho em atividades realizadas fora dos sistemas de informação utilizados pelo TJAM. A Senhora Adriana suscitou questionamento sobre como lidar com servidores “problema”. Dra. Mônica ressaltou a importância do acolhimento psicológico ao servidor. Dr. Henrique ressaltou a dificuldade de mensuração individual da produtividade de cada servidor, enfatizou ainda que o servidor deveria ser alocado conforme suas habilidade individuais e agradeceu a presença da palestrante, Sra. Lilian. Salientou ainda acerca dos bons resultados obtidos pelo TJAM nas últimas premiações do CNJ e declarou encerrada a reunião. Os presentes apresentaram sugestão de que próxima reunião fosse realizada no dia 04 de outubro de 2019.

Dr. Henrique Veiga Lima

Coordenador, na forma da Portaria nº1526-PTJ de 17/06/2019

Dra. Mônica Cristina Raposo da Câmara

Membro, na forma da Portaria nº1526-PTJ de 17/06/2019



Dr. José Andress da Rocha Albuquerque Cavalcanti
Membro, na forma da Portaria nº1526 - PTJ de 17/06/2019

Adriana de Almeida Britto
Membro, na forma da Portaria nº1526 - PTJ de 17/06/2019

Edgar Barbosa Santos
Secretário, na forma da Portaria nº 1716 de 05/07/2019

Reginaldo da Costa Batalha
Membro, na forma da Portaria nº1526 - PTJ de 17/06/2019